

COORDENAÇÃO

Isabel Cristina F. Fernandes
e Maria João V. Branco

INTRODUÇÃO DE José Mattoso

Da CONQUISTA de
LISBOA à CONQUISTA
de ALCÁCER ← 1147-1217

DEFINIÇÃO e DINÂMICAS de um
TERRITÓRIO de FRONTEIRA



Edições Colibri

EM TORNO DE ÉVORA COMO ESPAÇO DE FRONTEIRA (1190-1217)

Hermínia Vasconcelos Vilar*

Na sua obra *Évora Ilustrada*, o padre António Franco, socorrendo-se das informações do padre Manuel Fialho, invocava a propósito do reinado de Sancho I e da história de Évora: «D.Sancho I que sucedeu no reino em o ano de 1185 por morte de seu pai, sujeitou o Algarve, e se chamou Rei dele por três anos, até que o perdeu, e outras muitas terras de Alentejo, e outras ao norte passado o Tejo. Destruíram os mouros os campos de Évora. Por ser tão fortificada, não se encostaram a ela»¹.

Desta forma resumia, em curtas linhas, as menções à conquista de Silves em 1189 por Sancho I, o fugaz domínio deste rei sobre a praça do Algarve e aludia à resistência protagonizada por Évora no contexto das expedições almóadas de 1190-91.

Preocupado com a exaltação da cidade sobre cuja história discorria o padre António Franco não se preocupou em descrever, com pormenor, as campanhas militares ou os vaivéns bélicos das décadas finais do século XII. Na economia do seu discurso ressaltava a resistência de Évora a qual, de forma mais ou menos directa, ligava à presença, na cidade amuralhada, dos freires da ordem que futuramente viria a tomar o nome de Avis, acontecimento devidamente assinalado em páginas próximas.

O padre António Franco dava assim voz e registava por escrito uma das premissas nas quais assentou a leitura que, tradicionalmente, foi feita das expedições muçulmanas de 1190-1191 e dos seus efeitos no espaço a sul do Tejo. Essa leitura articulava a ideia da perda de localidades anteriormente

*Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais
CIDEHUS -UID/HIS/00057/2019

¹ FRANCO, Padre António, *Évora Ilustrada extraída do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*, publicação, prefácio e índices de Armando de Gusmão, Évora, Edições Nazareth, 1945, p. 50.

conquistadas e o obrigatório recuo das fronteiras do reino com a da manutenção de Évora como praça cristã, num território agora retornado ao poder muçulmano.

Assim, a afirmação de José Mattoso, feita a propósito destas expedições e no quadro de uma reflexão sobre o reinado de Sancho I, assume uma particular importância. Escrevia este autor, em 1986 e à guisa de conclusão sobre as consequências das expedições de 1190-91: «*Das posições a Sul do Tejo restava apenas uma mais importante, Évora, agora isolada, e numa situação tal que só o facto de ela poder trazer algumas vantagens para ambas as partes pode explicar se tivesse mantido nas mãos dos portugueses*»².

Mattoso reafirmava então uma ideia dominante desde Herculano, ou seja, a da resistência e isolamento de Évora no quadro do além Tejo dos primeiros anos da década de 90 do século XII³, agregando-lhe a ideia do interesse partilhado por ambas as partes na existência de um ponto de intercâmbio e de troca, situado numa zona de marca⁴.

Desta feita a ideia prevalecente residia na defesa do retomar de uma antiga zona de fronteira, coincidente com a margem esquerda do Tejo e com os espaços que se estendiam para sul desse rio abarcando o que então era ainda muitas vezes definido como o Além-Tejo ou seja o que ficava para Além do rio que, agora, neste início da década de 90 do século XII, voltava de novo a ser fronteira, apenas quebrada pela existência de uma localidade resistente.

Contudo, o carácter esparso das fontes, o domínio, quase absoluto, de uma documentação de origem régia apenas acompanhada por relatos memoriais centrados no elogio da acção dos seus protagonistas, a par de um acentuado silêncio arqueológico, são factores que têm dificultado a análise do processo de apropriação e organização que precedeu e se seguiu às expedições de 1190-91. A leitura sobre o violento impacto destas incursões,

² MATTOSO, José, «D. Sancho I, o povoador» em SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, Alfa, 1986, vol. I, p. 516 e ainda do mesmo autor, MATTOSO, José, «Dois séculos de vicissitudes políticas» em José MATTOSO (coord.), *História de Portugal. 1096-1480 Segundo volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 97.

³ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, Venda Nova, Bertrand, *Obras completas de Alexandre Herculano*, Tomo II, Livro III, 1989, p. 84-85.

⁴ Sobre a importância relativa de Évora no quadro do domínio muçulmano e o seu crescimento após o século X, nomeadamente no contexto político dos reinos taifas, veja-se PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman, VIII^e-XIII^e Siècle: L'Occident d'al-Andalus Sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p. 197-199.

as quais se saldaram, como adiante veremos, pela perda e destruição de várias localidades, tendeu assim a ser dominante e a encará-las como um momento não de viragem mas, sobretudo, de paragem no processo de expansão cristã, o qual apenas viria a ser retomado, de forma vitoriosa, após Navas de Tolosa em Castela em 1212 e após a reconquista de Alcácer do Sal em Portugal em 1217. Contudo, sem querer negar a paragem no processo expansionista militar que estes anos representaram, o que pretendemos colocar em relevo é a aparente continuidade de um processo gradual de apropriação e de instalação populacional na região compreendida entre o Tejo e Évora, para o qual aliás Herculano tinha já chamado a atenção⁵. Continuidade entrecortada pelas campanhas militares que obrigaram, com certeza, a uma reorientação das políticas de ocupação territorial, ditada nomeadamente pela perda de Alcácer, e a um repensar dos modelos de instalação e de reforço dos núcleos populacionais.

O que propomos nesta reflexão é, pois, seguir as poucas informações documentais que pontuam o espaço e o arquivo do período compreendido entre 1190 e 1217 tendo como pano de fundo uma região de limites propositadamente flexíveis, mas coincidente, grosso modo, com o espaço do norte e oeste do Alentejo, para, a partir delas, identificar as linhas de uma política de ocupação e organização de um espaço que, na segunda metade do século XII, continuava a ser propício aos movimentos militares de ambas as partes.

Assim, as datas limite aqui consideradas serão, como veremos, bastante indicativas. Se a primeira coincide com a primeira expedição de Yacub Al-Mansur, a segunda reenvia-nos para a conquista de Alcácer e toma-a como ponto de chegada de um processo de organização de uma região mais ampla, no qual a conquista desta localidade se assume como um dado emblemático e que abrirá, aos cristãos, as portas para a ocupação da zona sul do Além-Tejo.

Sem pretender repetir o debate em torno das origens da criação e da presença dos chamados freires de Évora nesta cidade⁶, vale a pena relembrar a

⁵ HERCULANO, *História de Portugal*, p. 125-127.

⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 245-247, e AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Las Órdenes Militares Hispánicas en La Edad Media (Siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons, História, 2003, p. 89-91, e ainda CUNHA, Maria Cristina, «A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. Algumas notas a propósito da visita de 1346» em Isabel Cristina FERNANDES (coord.), *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Lisboa/Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, p. 317-326. Sobre a Ordem de Calatrava desde a sua fundação até ao final da Idade Média e sobre os processos de exploração dos recursos e apropriação do espaço ver RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique, *Señores, Caballeros y Comendadores: La Orden de Calatrava En La Edad Media*, Madrid, Ediciones de la Ergástula, 2014.

primeira doação de Afonso Henriques a Gonçalo Viegas, então já intitulado mestre dos freires de Évora, doação na qual lhe conferia a posse do *Oppidum* de Coruche, umas casas do rei em Évora com o seu alcácer velho, bem como uma vinha na mesma cidade e casas no arrabalde de Seserigo em Santarém⁷. Se a importância do eixo Évora-Coruche-Santarém presente nesta doação que compreende bens sediados nestas três localidades foi já realçada em outros estudos⁸, a verdade é que esta outorga pressupõe, por um lado, a prévia existência desta ordem da qual Gonçalo Viegas é intitulado mestre, reenviando para uma anterior, embora desconhecida, instalação na cidade, e por outro, aponta no sentido do reforço da militarização de uma praça, conquistada apenas onze anos antes.

O protagonismo militar dado a Gonçalo Viegas e à sua ordem no contexto da cidade conquistada é assinalada não apenas pela posse do alcácer velho⁹ mas é reforçado nos anos seguintes através dos dois testamentos deste monarca. Se no primeiro determinava a entrega de 3.000 maravedis ao mestre e aos seus freires instalados em Évora¹⁰, no segundo, datado de fevereiro de 1179, aumentava essa quantia para 10.000 maravedis, entregando-a ao mestre Gonçalo Viegas e realçava que este dinheiro deveria ser gasto na defesa e utilidade da cidade quando tal fosse necessário¹¹. Indício possível de uma crescente preocupação com a segurança da praça num contexto de debilitamento físico do monarca e de transferência gradual da prática militar em favor de seu filho Sancho¹². E apenas neste último documento mencionará um outro protagonista da cidade: a igreja de Évora, cujo

⁷ AZEVEDO, Rui de, *Documentos Medievais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p. 427-428.

⁸ FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era fronteira: Coruche da militarização à territorialização» em Isabel Cristina FERNANDES (coord.), *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Lisboa/Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, p. 451-485.

⁹ Hermenegildo Fernandes identifica o alcácer velho como sendo o alcácer outrora pertencente a Ibn-Wazīr e «do governador que o rei de Badajoz sempre tivera em Évora». FERNANDES, «Quando o Além-Tejo era fronteira», p. 456.

¹⁰ *Documentos Medievais Portugueses*, tomo I, p. 430-431. O testamento foi datado pelo coordenador da edição como tendo sido feito algures entre Abril de 1176 e Fevereiro de 1179.

¹¹ *Documentos Medievais Portugueses*, tomo I, p. 436, «quos in utilitatem et defensionem ipsius civitatis expendant quando talis necessitas evenerit».

¹² As características e os condicionalismos derivados do exercício partilhado do poder entre Afonso Henriques e Sancho foram já analisadas por MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Mem Martins, Círculo de Leitores, Reis de Portugal, 1, 2006, p. 235-243 e por BRANCO, Maria João V., *Sancho I. O Filho do Fundador*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 87-102.

bispo tinha já constado da lista de testemunhas do foral entregue em 1166 pelo rei e que viria a constar da lista de confirmantes de outros diplomas régios nos anos subsequentes¹³ sem que, contudo, seja possível aferir da sua presença na cidade. Mas é no testamento de 1179 que Afonso Henriques faz então menção à obra de igreja de Évora a qual beneficia com 500 maravedis, à semelhança do que faz com as restantes sés de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Lamego bem como com o mosteiro de Alcobaça, descrevendo assim uma geografia eclesiástica que coincide igualmente com uma geografia militar à qual se junta inevitavelmente o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, identificado não apenas como destinatário de especiais doações mas também como local de entesouramento e de protecção de uma parte significativa do tesouro régio¹⁴.

Com efeito, os testamentos de 1176 e de 1179 fornecem-nos, através das suas doações, uma imagem bastante interessante do reino. Embora as instituições beneficiadas se espaiam por uma zona relativamente ampla, era em Coimbra e no seu mosteiro de Santa Cruz que o monarca guardava o tesouro que então distribuía.

À partida a escolha deste mosteiro por parte de Afonso Henriques não surpreende sendo mesmo compreensível no quadro das ligações tecidas entre a jovem realeza portuguesa e o recém-fundado mosteiro. A centralidade política de Coimbra no contexto da sociedade política do século XII bem como a influência de uma particular devoção por parte do monarca, constituiriam os factores explicativos adicionais para esta escolha. Contudo, a concentração do tesouro em Coimbra não só reforça a importância assumida por esta cidade, mas revela, igualmente, como da parte de Afonso Henriques, as regiões recentemente conquistadas continuavam a ser encaradas como zonas de fronteira e passíveis de serem palcos fáceis de guerra.

Na verdade, Évora viria a ser objecto de um ataque por parte dos almóadas logo no ano seguinte, em 1180 ou em 1181¹⁵. O *Bayān*¹⁶ refere a des-

¹³ *Documentos Medievais Portugueses*, tomo I, p. 371-373 para o foral de Évora. O nome de D. Soeiro, bispo de Évora, surge ainda na lista de confirmantes de documentos datados de setembro e novembro de 1169 bem como de agosto de 1172, respectivamente a p. 385-388, 391-393 e 413-414.

¹⁴ A protecção dispensada por Afonso Henriques a Santa Cruz bem como o papel deste enquanto produtor de legitimidade para o novo rei foi reiteradamente realçada nas obras de José Mattoso. Entre as várias sugere-se a reflexão integrada em MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 80-89. De realçar ainda a introdução a VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 9-44.

¹⁵ Hermenegildo Fernandes, no artigo já citado, sintetiza as dúvidas relativas à datação desta expedição entre 1180 ou 1181. Veja-se FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era fronteira», p. 457, n. 13. Realce-se ainda a referência feita nesta nota

truição dos campos em redor de Évora e o cerco à cidade protagonizado por IbnWanudin, aludindo-se então às muralhas sob cuja proteção os cristãos se teriam colocado : «*Los infieles se ocultaron tras sus muros, como se ocultan las zorras aulladoras, cuando han oído el ruído del león enemigo*»¹⁷, numa clara alusão à fortificação da urbe, bem distante então, como seria de esperar após as campanhas de amuralhamento¹⁸, da fragilidade que tinha permitido a entrada de Ordonho II no já distante início do século X¹⁹. A resistência de Évora terá, com certeza, acelerado o levantamento do cerco e o ataque alternativo a Coruche, localidade que embora entregue já à ordem dos freires de Évora, não parece então partilhar o grau de fortificação e a capacidade de defesa que caracterizava Évora²⁰.

Mais uma vez o *Bayān* detém-se sobre a conquista de Coruche dando particular relevo ao importante número de cativos feito e aos efeitos económicos da chegada destes cativos a Sevilha, cuja presença, no dizer do autor, teria feito baixar os preços e aumentar o bem-estar dos seus habitantes²¹.

O impacto deste ataque a Évora não foi, possivelmente, estranho à doação que, ainda em abril de 1181, Afonso Henriques fazia de novo a Gonçalo Viegas e aos seus freires. Entregava-lhes agora, ou seja, em abril, o que reforça a ideia do ataque almóada ter ocorrido na verdade em 1180, as

à doação de Afonso Henriques também aqui mencionada, a qual parece apontar para a realização da expedição muçulmana em 1180. Também José Mattoso se faz eco da discrepância de datas. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 265-266.

¹⁶ IBN 'IDHARĪ AL-MARRĀKUŠĪ, *fi ijtisār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Mağrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magreb)*, tomos I y II – *Los Almohades*. Traducción española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán, Editora Marroquí, 1953-1954 (doravante designado por *Al-Bayān*).

¹⁷ *Al-Bayān*, tomo I, p. 39.

¹⁸ FILIPE, Vanessa Galiza, *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yābura – Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*, dissertação de mestrado em Arqueologia, Lisboa, FCSH-UNL, 2012, p. 63 e sgs.

¹⁹ COELHO, António Borges (ed.), *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, Col. Universitária, 3ª ed. rev., 2008, p. 207-208.

²⁰ Huici de Miranda assinala a diferente grafia utilizada para identificar Coruche e as dúvidas sobre a sua identificação. *Al-Bayān*, p. 39, n. 1.

²¹ *Al-Bayān*, p. 39-40. Hermenegildo Fernandes realça que um tão elevado número de cativos só poderia ser explicado por entre estes se incluírem os cultivadores da várzea «*que, na surpresa do ataque, talvez nem tivessem tido tempo para se recolherem à fortificação*», FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era fronteira», p. 458. Tanto mais quanto o objetivo de Ibn-Wanudin parecia ser Évora e os campos em redor.

herdades e almoinhas no termo de Évora²², para lá da isenção do pagamento de portagem e de alcaldaria na venda de alguns bens e confirma a posse de bens em Santarém.

Cerca de um ano mais tarde em Maio de 1182 conferia o foro de Évora a Coruche²³, procurando assim apoiar a reativação da praça destruída, e fazia-o recorrendo a um modelo de foral onde a guerra primava como elemento de ordenamento social e de organização interna, como era o caso do foral de Évora, dado a esta cidade em 1166, o qual tinha tomado como modelo o chamado foral de Ávila. A partir de Évora este modelo irradiaria para outras localidades do centro e sul de Portugal, numa primeira fase reforçando a vertente militar da localidade que o adoptava, para, numa segunda fase, se limitar a reconhecer uma estrutura social devedora da guerra, em alguns casos já distante²⁴.

A segunda metade dos anos 80 do século XII saldou-se, no que a este território diz respeito, por uma tentativa de consolidação territorial e patrimonial de antigos e novos protagonistas bem como pelo reforço de algumas praças.

O carácter lacunar da documentação relativa a estas décadas pouco nos deixa perceber sobre a organização e a vivência da Évora recentemente conquistada. Ao relativo protagonismo documental dos freires de Évora contrapõe-se um silêncio quase absoluto sobre outros protagonistas. Silêncio que apenas é quebrado na segunda metade dos anos 80 com três doações que tiveram como destinatário o bispo de Évora. Em 1185 era-lhe entregue a décima parte do quinto de guerra²⁵, em 1186 Sancho I doava-lhe o seu reguengo chamado do Sobral e em 1187 a décima parte das portagens de Évora²⁶. Assim, era assegurado ao bispo, o usufruto de direitos cobrados em Évora e a detenção de um património algo distante, sediado numa região de recuo em relação ao espaço do Além Tejo, e que mercê a sua localização permitiria talvez garantir ao pelado uma base de rendimento que outros bens mais próximos poderiam não assegurar. Mas é também

²² *Documentos Medievais Portugueses*, p. 460-461.

²³ *Documentos Medievais Portugueses*, p. 466-469.

²⁴ Cristina Cunha estudou a dispersão da outorga deste modelo de foral bem como o seu conteúdo. É assim possível ver como os monarcas utilizaram, de forma dominante, este modelo em regiões de fronteira onde a guerra era uma presença constante ou apenas uma ameaça possível. CUNHA, Cristina, «Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166», Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 1988, p. 69-94.

²⁵ *Documentos Medievais Portugueses*, p. 484-485.

²⁶ AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da, e PEREIRA, Marcelino, *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 20-21 e p. 30-31.

possível que a relativa subalternidade documental da presença episcopal bem como a posse de um senhorio distante e periférico em relação à sede da nova diocese reflecta também, no silêncio das entrelinhas dos documentos sobreviventes, um já difícil convívio entre os freires de Évora e o núcleo de religiosos agrupados em torno do poder diocesano. Dificuldades que não cessariam de se aprofundar nas décadas seguintes.

Ao contrário do que tinha acontecido com Gonçalo Viegas e com os seus freires, nem Afonso Henriques nem Sancho I se parecem ter preocupado em doar ao bispo, recém-eleito, nem mesmo aos que com ele viviam em comunidade, espaços físicos para se instalarem. Aliás pouco ou nada sabemos sobre os locais que estes ocupariam nesta segunda metade do século XII.

Num espaço de fronteira a restauração diocesana representava, essencialmente, um esforço de afirmação de continuidade e de reforço da legitimidade de uma conquista pela via religiosa, pelo que não surpreende o relativo afastamento ou subalternidade desta presença no contexto marcado ainda por uma forte militarização. As doações feitas por Sancho I tanto aos freires de Évora como a Santiago reforçam esta mesma imagem com a entrega a Gonçalo Viegas dos castelos de Alcanede e de Alpedriz bem como do castelo de Juromenha quando este fosse conquistado²⁷ e dos castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda a Santiago, fortalecendo desta forma a defesa da linha do Tejo²⁸. Dentro de Évora os freires detinham ainda, pelo menos desde 1187, o chamado alcácer novo²⁹, o que lhes assegurava o controle militar da cidade.

E, contudo, um dado parece contrapor-se ou questionar uma leitura de assunção deste espaço como uma zona instável de fronteira.

Tal como seu pai também Sancho I fez, pelo menos, dois testamentos. Um ainda no início do seu reinado, nos anos próximos à conquista de Silves e outro já no final, numa reconhecida conjuntura de crise de sucessão. No primeiro, tradicionalmente datado como oriundo de cerca de 1188, ao qual se teria seguido um codicilo³⁰, Sancho revela possuir um amplo e

²⁷ *Documentos de D. Sancho I*, p. 29. Em relação a Juromenha, Sancho I coloca a condição da sua conquista: «*si mihi eum Deus dederit*», afirmação que pode presupor, em Janeiro de 1187, uma intenção ainda existente de continuar o processo de conquista a sul do Tejo.

²⁸ *Documentos de D. Sancho I*, 22-23. O documento data de outubro de 1186.

²⁹ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG-JNICT, 1995, p. 44. De acordo com esta autora os freires de Évora teriam já, pelo menos desde 1187, os dois alcáceres.

³⁰ A publicação destes dois documentos encontra-se nos *Documentos de D. Sancho I*, p. 47-51. O primeiro identificado como testamento é datado criticamente de 1188, algures após o dia 24 de março. O chamado codicilo é publicado logo nas páginas

valioso tesouro, mas agora disperso por pontos nevrálgicos do reino. A Coimbra, enquanto centro político, já escolhido por Afonso Henriques para espaço de guarda do seu património móvel, Sancho junta Évora, local onde guardava aparentemente uma quantia inferior à que tinha colocado nas torres de Coimbra, mas, nem por isso, menos surpreendente tanto mais que a reserva para o seu sucessor quando adulto³¹. A confiança patenteada pelo rei na praça do sul desenha assim uma nova geografia, a qual parece questionar a imagem de uma zona frágil de fronteira ao mesmo tempo que revela um esforço de apropriação do novo território conquistado e uma tentativa de criação da imagem de um rei cujo poder se espraiava para a região a sul do Tejo, colocando à guarda das suas milícias ou das ordens aí instaladas uma parte do tesouro régio, ao mesmo tempo que rompe com uma centralidade colocada, até então, estritamente em Coimbra.

E nem mesmo os anos seguintes ou as expedições de 1190-91 viriam a romper esta presença e a confiança que o rei parecia depositar ou querer depositar em outros pontos chave. Évora continuará a ser referida no testamento de 1210 como receptáculo de uma parte do seu tesouro e a esta cidade virá a juntar-se Belver, castelo cuja construção Sancho tinha encomendado à ordem do Hospital, alguns anos antes, bem como Tomar, Alcobaca e claro Coimbra³².

Sem dúvida que a eficácia militar das ordens militares o sossegaria sobre a guarda do seu tesouro, mesmo se sobre parcelas minoritárias do mesmo, mas esta dispersão deixa entrever uma tentativa de afirmação local do poder régio e uma procura de coresponsabilização das ordens militares na defesa do reino e do património régio, destinado aos infantes.

subsequentes e apresenta a mesma data. Os problemas colocados pela sua datação bem como pela existência de dois documentos identificados respectivamente como testamento e codicilo foram já analisados por BRANCO, *Sancho I. O Filho do Fundador*, p. 123-128.

³¹ *Documentos de D. Sancho I*, p. 48. Deixa ao seu sucessor 10.000 morabitinos de Évora e 60.000 que estariam nas torres de Coimbra.

³² Mais uma vez o rei destina aos seus filhos o dinheiro guardado em diversos locais e refere de forma clara que o dinheiro deixado ao seu filho Afonso está nas torres de Coimbra e em Évora. Esclarece que o mestre e os freires do Templo tinham em Tomar os morabitinos destinados aos filhos Pedro e Fernando e ao neto Fernando, enquanto o prior e os frades do Hospital têm em Belver os morabitinos que manda dar às filhas que teve com D. Dulce, às netas e aos filhos que teve com Maria Pais Ribeira e Maria Aires de Fornelos. *Documentos de D. Sancho I*, p. 297-301, em especial p. 299. É de referir que os freires de Évora não são claramente mencionados, ao contrário do que acontece com o Templo e o Hospital, o que coloca algumas dúvidas sobre a possibilidade da entrega destes morabitinos à proteção direta da ordem.

O primeiro testamento de D. Sancho não se limitava, contudo, a mencionar o dinheiro guardado em Évora. À semelhança de seu pai também Sancho beneficiou os poderes da cidade dando, porém, no final dos anos 80 prioridade ao bispo e à igreja a cuja obra destinou uma significativa soma de dinheiro e 50 marcos para o frontal. Aos freires de Évora destinou animais e armas cuja posse dividiu entre estes e os frades de Alcácer, ou seja, com a ordem de Santiago.

Em 1210 de novo a ordem dos freires de Évora era contemplada, mas assumindo agora a dianteira enquanto destinatária de doações. Ao bispo destinou cerca de dois mil maravedis e ao mestre cinco mil, aos quais juntou cavalos e azémolas. É obvio que o quadro de doações incluído no testamento respondia a outros condicionalismos que não os derivados apenas do equilíbrio regional entre poderes ou às preocupações com a estabilidade territorial da região a sul do Tejo. Tal como já foi demonstrado por Maria João Branco³³, a conjuntura da produção do testamento é marcada pela crise de sucessão e por anos de acentuada conturbação política. Contudo, ele não deixa de reafirmar a continuidade dos poderes prevaletentes em Évora e a centralidade que o bispo e os freires continuavam a ter na urbe do sul.

A aparente contradição que se desenha entre a confiança manifestada por Sancho I em relação às localidades instaladas na margem esquerda do Tejo desde o final dos anos 80 do século XII e mesmo no decurso dos primeiros anos do século XIII e a visão, um pouco redutora, de um abandono de uma zona de guerra após as expedições de 1190-91 surge pois como um bom ponto de partida para a análise do processo de ocupação e organização territorial dos anos subsequentes a 1190. Não sendo nosso objetivo reavaliar a cronologia das expedições militares ou lançar novas luzes sobre a conquista de Alcácer, o que se pretende é tão só compreender como algumas iniciativas e a continuidade de uma política de povoamento desenvolvida entre as expedições de início dos anos 90 e 1217, criaram condições adicionais para a conquista definitiva de Alcácer e como a imagem de uma Évora isolada merece ser relativizada.

Os relatos muçulmanos, como adiante veremos, colocam a ênfase na violência com que as expedições de 1190 e de 1191 irromperam pelas planícies alentejanas e por algumas povoações da margem norte do Tejo.

A reconquista de Silves por parte de al-Mansūr em 1191 teria saldado este movimento de recuperação e de punição em relação ao avanço de Sancho I para sul dois anos antes. Com efeito, pouco teria então restado ao monarca português, para lá dos esforços despendidos na defesa da linha do Tejo ou no apoio a praças como foi o caso de Tomar, onde a defesa de Gualdim Pais e da ordem do Templo terá permitido parar o avanço muçul-

³³ BRANCO, *Sancho I. O Filho do Fundador*, p. 220 e sgs.

mano. Não surpreende, assim, que as expedições de 1190-91 tivessem sido seguidas pelo estabelecimento de novas tréguas pelo prazo de cinco anos.

A estratégia adoptada em 1190 por Ya'qūb al-Manşūr foi já repetidamente analisada e realçada. A organização de três expedições enviadas de forma quase simultânea, mas dirigidas a diferentes pontos do território cristão parecia destinada ao sucesso. Tendo como objetivo o ataque ao coração do reino português no dizer de *al-Bayān* ou seja a cidade de Coimbra³⁴, bem como a recuperação de Silves conquistada por Sancho em 1189, a verdade é que a expedição se saldará por um relativo insucesso apesar da destruição de Torres Novas e das campanhas feitas em redor de Évora por Abū Zakariyyā'.

A partida tardia de Córdoba, as dificuldades com o abastecimento, a carestia e a alta dos preços dos cereais, bem como a doença do califa contribuíram para este relativo insucesso.

Mas se o vale do Tejo e algumas povoações a norte deste rio surgem como os alvos privilegiados da expedição de 1190, será Alcácer e as localidades em seu redor que congregarão as atenções em 1191. E será então, nos meses da primavera e verão de 1191, que a rota de Ya'qūb al-Manşūr o levará pelo Alentejo central até Alcácer do Sal.

Aí terá chegado no início de junho ou ainda em maio após ter saído de Sevilha no final de abril, ou seja bem mais cedo do que em 1190. A praça capitularia após alguns dias de cerco, a 10 de junho, tendo sido entregue a um novo governador muçulmano, Ibn-Wazīr³⁵. A esta vitória seguiu-se a conquista e destruição de Palmela, Coina e Almada, lugares entregues à ordem de Santiago, e cuja destruição permitiu eliminar pontos de defesa da linha do Tejo e espaços a partir dos quais novos ataques poderiam ser dirigidos contra os campos que rodeavam Alcácer. Ao contrário do que tinha acontecido no ano anterior Ya'qūb al-Manşūr não parece ter estado particularmente interessado em atravessar o Tejo, rumando antes a sul e a Silves que se renderá a 20 de julho.

No relato feito por *al-Bayān* destas expedições duas ideias parecem ressaltar. Uma patenteia o relativo desinteresse que a expedição de 1191 parece manifestar pela margem norte do Tejo ao contrário do que tinha acontecido antes. A outra, reside na relativa, senão mesmo quase total, ausência de referências a resistência por parte dos cristãos, nomeadamente resistência protagonizada ou dirigida pelo rei, pelo menos aquando da campanha de 1191.

É possível que o insucesso dos ataques a Tomar estivesse ainda demasiado presente para que uma nova campanha fosse lançada contra esse

³⁴ *Al-Bayān*, p. 162.

³⁵ *Al-Bayān*, p. 170.

território, da mesma forma que o hipotético ataque a Coimbra mencionado no *Bayān* tivesse sido abandonado em favor de alvos mais definidos e estratégicos para a consolidação do poder almóada na região sul do Alémt-Tejo. Na verdade, a campanha de 1191, embora mais violenta nos resultados a acreditarmos na descrição das fontes, as quais referem como as praças conquistadas, à exceção de Alcácer, tinham sido destruídas a ponto de apenas os corvos aí viverem³⁶, surge também como mais direcionada e eficaz nos seus alvos. E um deles era sem dúvida Alcácer, localidade que, ao contrário das demais, é mantida e entregue a um novo governador, ação elucidativa da importância estratégica desta praça.

O silêncio sobre o rei ou sobre a resistência dos freires que senhoreavam já estas localidades é também em si um dado importante. É passível pensar que pouco restaria mais a Sancho, num contexto de supremacia almóada e de existência de tréguas estabelecidas entre os muçulmanos e os restantes reinos ibéricos, com realce para Castela e Leão, do que assegurar a defesa dos pontos chave da margem direita do rio, aproveitando para tal o apoio despendido pelas ordens militares, como aconteceu com o Templo. É mesmo possível pensar que a perda de Silves seria considerada como mais ou menos inevitável, tendo em conta as dificuldades inerentes ao seu abastecimento e manutenção. E daí a autorização dada para a rendição de Rodrigo Sanches³⁷.

Mas é também verdade que Sancho não andaria muito longe dos campos de batalha.

Dois documentos régios datados destes meses centrais apresentam Sancho I como sediado em Santarém onde, a 15 de julho de 1191, doa a Pedro Ferreiro a herdade de Ordiais, confinante com Tomar³⁸ e onde muito possivelmente já estaria a 24 de junho quando confirma a divisão das propriedades e dos rendimentos da igreja de Santa Maria de Santarém³⁹. Se no documento de 15 de julho ainda se identifica como rei de Portugal e do Algarve,

³⁶ *Al-Bayān*, p. 170. De acordó com Ibn 'Idhārī, Ya'qūb al-Manṣūr ter-se-ia dirigido, depois de Alcácer, para Palmela, onde após a rendição e saída dos seus defensores, saqueou a cidade e a mandou destruir pelo que: «*Las cábilas de esclavos del ejército lo dejaron negro y deshabitado como la superficie del desierto, tanto, que lo desconocieron los ojos y lo habitaron los cuervos*».

³⁷ António Castro Henriques enuncia também essa aparente aceitação do inevitável por parte de D. Sancho. Tal como refere, era talvez prematuro o título de “*Rei de Portugal e do Algarve*” que o rei ostenta durante estes dois anos. Na verdade, a manutenção da praça de Silves estava ainda demasiado afastada do centro nevrálgico do reino pelo que o seu abastecimento e manutenção colocariam significativos problemas. HENRIQUES, António Castro, *Conquista do Algarve (1189-1249). O segundo reino*, 2003, p. 47-49.

³⁸ *Documentos de D. Sancho I*, p. 85-86.

³⁹ *Documentos de D. Sancho I*, p. 83-85.

o segundo reino depressa desaparecerá da intitulação régia, tal como a documentação datada dos meses finais de 1191 deixa entrever⁴⁰.

No relato destas expedições Évora surge como objecto de ataque em 1190 por parte de Abu Zakaryia. Ataque sem sucesso aparente e possivelmente saldado apenas pela pilhagem dos campos e das localidades em redor.

É possível que a presença dos freires de Évora na cidade tivesse dissuadido os atacantes e repellido possíveis ataques, mas parece ser também claro que a cidade não constituía, para o poder almóada, um centro nevrálgico a reconquistar como acontecia com Alcácer. Nem mesmo a sua hipotética pilhagem teria o impacto simbólico que o saque de localidades situadas a norte do Tejo e, como tal, mais próximas do centro político do reino, ou seja, da região conimbricense, poderia ter. Neste contexto é possível supor que a conquista de Évora ou melhor os custos dessa conquista interessassem menos do que a sua manutenção em mãos cristãs. Situação explicável por alguns autores pelo facto desta cidade poder servir de entreposto comercial entre cristãos e muçulmanos ou tão só porque a estratégia seguida procurava mais assegurar o controle de alguns pontos chave e a destruição de polos de defesa e consolidação da linha do Tejo, transformando assim este território numa zona de passagem e de saque, mas não de instalação. E desta forma, não obstante a violência dos combates ou os efeitos imediatos da destruição causada, a política de ocupação e de consolidação do povoamento por parte do poder cristão não parece ter sofrido uma interrupção duradoura. A estratégia que se acelera pouco após as expedições de 1190-91 dotará a região a norte e em redor de Évora de uma linha cada vez mais articulada de localidades e de castelos defensivos, mas demorará ainda quase 30 anos a reconquistar Alcácer.

Se, no imediato, a reacção militar de Sancho I às expedições de 1190-91 poderá ser difícil de retrair, a verdade é que tanto Sancho como Afonso II não deixarão de se desdobrar, nos anos imediatos, em iniciativas que, não dependentes da intervenção militar, assegurarão a continuidade da ocupação cristã através do povoamento e controle de regiões deficientemente polarizadas.

Assim, logo em 1194 Sancho entrega ao Prior do Hospital a chamada terra de Guinditesta com a obrigação de construir um castelo chamado Belver. Terra cujas fronteiras delineavam um território, o qual se espalhava

⁴⁰ A 8 de Novembro Sancho é apenas referido como «*Santius Dei gratia Portugalsium rex*». *Documentos de D. Sancho I*, p. 87-88. Sobre as oscilações da titulação régia a propósito da conquista de Silves ver ainda LEITÃO, André, «Do Garb al-Ándalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade», em *CLIO Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, p. 80-84.

pelas duas margens do Tejo, ligando-as e articulando-as numa mesma unidade contínua entregue à ordem do Hospital. Ultrapassava-se assim, de alguma forma, a noção dominante de um Tejo como fronteira e responsabilizava-se uma ordem, até aí relativamente afastada dos territórios a sul deste rio, pela gestão e apropriação de uma vasta região de contornos mal definidos e deficientemente controlada pelos cristãos⁴¹.

O mesmo acontecerá com a terra da Açafa entregue ao Templo em 1199 em troca de Penas Róias e Mogadouro⁴². Também este território se espraia-rá por ambas as margens do Tejo, de forma contínua, mas também contigua à terra de Guinditesta⁴³. Desta forma, uma larga faixa de território localizado na margem esquerda do rio era entregue ao poder de duas ordens militares que assim fechavam hipotéticos avanços sobre a linha de Tejo.

Não admira, pois, que Sancho I em 1210, tal como já referimos, encontrasse em Belver um local para sediar uma parte do seu tesouro. Sem dúvida, que era uma prova de confiança na ordem do Hospital e nos seus cavaleiros, tal como o era em relação à ordem do Templo e ao tesouro guardado em Tomar e em relação aos freires ainda instalados em Évora. Mas para lá da confiança militar não se pode deixar de entrever nesta opção de divisão e de dispersão do tesouro uma imagem do reino que se pretendia difundir e dificilmente se pode deixar de integrar esta opção numa estratégia contínua de consolidação de uma presença que as expedições de 1190-91 apenas interromperam momentaneamente, mas que não questionaram em toda a sua amplitude.

Continuidade reforçada pela doação de foral a Torres Novas logo em outubro de 1190, ou seja, no rescaldo da expedição de Ya'qūb al-Manšū no verão desse mesmo ano, a qual, de acordo com os relatos, se teria saldado

⁴¹ A doação é feita a 13 de junho de 1194 e tem como destinatários o prior do Hospital e os seus frades. *Documentos de D. Sancho I*, p. 112-113. O conteúdo desta doação já foi estudado BARROCA, Mário, e COSTA, Paula Pinto, «A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194», em Isabel Cristina FERNANDES (ed.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Palmela/GEsOS, 2009, p. 679-714. Neste estudo para além da tentativa de reconstrução da doação original são ainda traçados os limites originais da herdade doada e das dúvidas colocadas por essas limitações.

⁴² *Documentos de D. Sancho I*, p. 181-183.

⁴³ Sobre a sobreposição de limites entre estas duas doações os mapas VI a VIII elaborados por Filipa Santos na sua dissertação de mestrado são particularmente elucidativos. Sobreposições que espelham a fragilidade do controle e da organização dos espaços doados e uma possível fragilidade do controle exercido pelas ordens militares. SANTOS, Filipa, *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: militarização e povoamento*, dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

pela conquista da localidade de Évora, foral dado alguns meses depois, seja nas vésperas da conquista da ordem de Évora, ou seja, bem como nas cartas de doação a Montemor o Novo.

Neste último caso, o foral dado cerca de 1190, diz respeito a guerra como foral.

À presença das ordens junta-se assim o interesse que compreendia localidades descrevia uma linha de fronteira no século XII, bem como a sua relação com Montemor.

Povoar é também uma preocupação quando em 1199 é dada a demarcação de terras para os cavaleiros, quais de acordo com os relatos com grande utilidade.

Gradualmente, a organização do século XIII, a nível régio que definia as fronteiras das cidades mais importantes, a nível senhorial das ordens militares, pouco polarizados, mas nos deixa adivinhar a organização no nível local.

Neste caso interessa-nos o foral relativo a Évora e a sua relação com a presença diocesana. Este foral, atribuído aos bispos de Évora, limita a presença em diplomas régios do século XIII marca a

⁴⁴ *Documentos de D. Sancho I*.

⁴⁵ *Documentos de D. Sancho I*.

⁴⁶ *Documentos de D. Sancho I*.

⁴⁷ *Documentos de D. Sancho I*, assinalou este movimento particular da península.

⁴⁸ *Documentos de D. Sancho I*.

pela conquista da localidade, após a saída da população⁴⁴. Mas também no foral dado alguns meses antes, em agosto desse mesmo ano, a Almada, ou seja nas vésperas da expedição de 1191⁴⁵, no foral dado por D. Paio, mestre da ordem de Évora, a Benavente e confirmado por Sancho I em 1200⁴⁶, bem como nas cartas foralengas outorgadas a Sesimbra em 1201 e em 1203 a Montemor o Novo⁴⁷.

Neste último caso a localidade de Montemor receberia o modelo de foral dado cerca de 40 anos antes a Évora, um foral que continuava a utilizar a guerra como factor de hierarquização social.

À presença das ordens militares, reforçadas no decurso da década de 90 junta-se assim o incentivo à fixação de população ao largo de uma zona que compreendia localidades integradas na posse dos freires de Évora e que descrevia uma linha de defesa desenhada pelas doações dos anos 70 e 80 do século XII, bem como polos populacionais de jurisdição régia, como acontecia com Montemor.

Povoar é também a preocupação evidenciada pela documentação quando em 1199 é ordenado aos pretores de Santarém, Lisboa e Alenquer a demarcação de terras em Montalvo de Sor para a fixação de francos os quais de acordo com o rei tinham vindo para o seu reino para povoarem com grande utilidade dele e dos seus filhos e do seu reino⁴⁸.

Gradualmente, o arquivo expande-se entre o final do século XII e o início do século XIII, permitindo-nos dispor não apenas da documentação régia que definia espaços de jurisdição do poder real coincidentes com as cidades mais importantes e retribuía ou reconhecia a eficácia militar e senhorial das ordens militares na apropriação dos espaços intermédios, pouco polarizados, mas também da documentação que, de forma paulatina, nos deixa adivinhar o processo de organização e de implantação dos poderes ao nível local.

Neste caso interessa-nos em particular seguir o alargamento do arquivo relativo a Évora e muito em particular no que respeita à memória da presença diocesana. Esta não recua para lá de 1200. Antes, as menções aos bispos de Évora limitam-se a assinalar a sua presença como testemunhas em diplomas régios ou como destinatários de doações. Mas o início do século XIII marca igualmente o princípio da memória arquivística do

⁴⁴ *Documentos de D. Sancho I*, p. 76-79.

⁴⁵ *Documentos de D. Sancho I*, p. 71-75

⁴⁶ *Documentos de D. Sancho I*, p. 195.

⁴⁷ *Documentos de D. Sancho I*, p. 213-216 e 231-234. Também Maria João Branco assinalou este movimento gradual e quase silencioso, de ocupação do território e em particular da península de Setúbal. *D. Sancho I*, p. 181.

⁴⁸ *Documentos de D. Sancho I*, p. 180-181.

cabido de Évora, com o documento que estabelece a divisão do património entre o bispo e o cabido e a consequente criação das mesas, datado de 1200⁴⁹. Embora não seja mencionado o local de realização deste documento, ele elenca pela primeira vez o conjunto dos cónegos e das dignidades⁵⁰ e refere a sua celebração na presença do bispo, o que faz pressupor uma prévia existência comunitária. Esta divisão será seguida em 1206 por uma nova partilha, entre os mesmos intervenientes, reflectindo uma acumulação gradual de património⁵¹. Com efeito, por entre o articulado dos documentos de criação das Mesas episcopal e capitular e de divisão das ofertas bem como de bens entretanto chegados à posse da Sé, desenha-se um fluxo continuado de oferendas e a existência de um corpo de fiéis gradualmente enquadrado no espaço diocesano.

É assim que em 1206 bispo e cónegos dividiam, para lá das oferendas resultantes do culto, casas e herdades em Coruche, vinhas e olivais em Santarém, moinhos no Alviela e bens em Monte Agraço.

Nesta data o cabido reconhecia ainda pertencer ao bispo a posse da igreja fundada por D. Paio em Montemor, a qual seria, possivelmente, a de Santa Maria fundada já após 1203. Mas as relações de dependência ao nível eclesiástico entre Évora e Montemor não se restringiam a esta igreja. Alguns anos depois Fernando, deão de Évora, entregava ao mosteiro de S. Vicente de Lisboa, com autorização do cabido, a igreja de S. Mateus de Montemor, com todos os direitos, incluindo paroquiais, à exceção dos direitos devidos à sé de Évora⁵².

Indícios de que estava em curso o processo de constituição de uma malha paroquial.

⁴⁹ O documento que formaliza a divisão dos rendimentos entre bispo e cónegos refere seguir o modelo de Coimbra, afirmação importante no contexto da organização capitular que se estende a múltiplas dioceses numa cronologia compreendida entre a segunda metade do século XII e a primeira metade de Duzentos. Este documento foi já publicado e analisado por alguns autores. Veja-se VILAR, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Lisboa, Estampa, 1999, p. 31-32 e em particular nota 13 e p. 113-114.

⁵⁰ VILAR, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, p. 121-122.

⁵¹ Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *PT/ASE/CSE/A/004/Lv001-1185-1345 [Séc. XIV]* (antigoCEC 3-III), fls. 4-5. Este documento foi publicado por PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 560-561.

⁵² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, maço 1, n.º 40 para a doação que é feita perante o bispo de Évora D. Soeiro. A confirmação da doação é feita pelo mesmo bispo no ano seguinte. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, mç. 1, n.º 41.

Mas a este nível também os acordos estabelecidos entre o bispo e os freires de Évora, cerca de 1200, merecem uma particular atenção.

Estes acordos constituem, na verdade, os primeiros de uma longa série de composições estabelecidas entre as duas instituições e que se prolongaram por toda a Idade Média. No caso vertente a discussão travada centrou-se em torno da posse de Benavente, mas sobretudo, em torno do estatuto da igreja de S. Miguel detida pela ordem, em Évora, num espaço contíguo à sé. Os freires aceitavam então que a sua igreja não assumisse um estatuto paroquial, de forma a não conflitar com os interesses e a influência espiritual da Sé, enquanto o bispo aceitava a sua existência no que seria um espaço directo de influência episcopal⁵³.

No que respeitava a Benavente a ordem aceitava pagar a quarta parte da dizima e mortuórios e comprometia-se a apresentar ao bispo os capelães que escolhesse para posterior confirmação. Era então invocado que a vila tinha sido povoada pela ordem e pelos seus frades, deixando subentendida a legitimidade dos direitos exercidos pelos freires de Évora.

Estabelecidos no final de dezembro de 1200 perante Sancho I, estes acordos vinham pôr fim a um anterior conflito, iniciado algures nos anos anteriores e cuja resolução parece ter implicado a intervenção de Sancho I e do arcebispo de Compostela, a quem, desde a bula de Inocêncio III de 1199, cabia a jurisdição da nova diocese eborense. Aliás o próprio Papa se fará eco deste conflito quando logo em maio de 1201 encarregou o prior de S. Vicente de Lisboa e a Fernando Mendes, monge de Alcobaça, de inquirirem sobre as queixas dos freires de Évora a propósito da ocupação ilegal de uma terra por parte do bispo de Évora⁵⁴, bula à qual se seguiu uma outra datada do dia imediatamente seguinte ou seja 17 de Maio, de proteção dos bens do mestre e da ordem em Évora, Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra, Alcanede, Alpedriz, entre outros lugares⁵⁵. A memória documental relativa a estes anos coloca o acento, por um lado, no esforço de organização interna da estrutura diocesana e, por outro, nas consequências derivadas dessa mesma organização ao nível da relação entre instituições. E, em paralelo, silencia a origem desse mesmo processo, algures iniciado nas décadas finais do século XII.

⁵³ Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *PT/ASE/CSE/A/004/Lv001-1185-1345 [Séc. XIV]*, fls. 18v-19

⁵⁴ COSTA, Avelino de Jesus da, e MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 154. A menção incluída no Bulário tem como base a informação mais extensa de ABRANCHES, Joaquim dos Santos, *Summa do Bulário Portuguez*, Coimbra, 1895, p. 266, n.º 1786.

⁵⁵ *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*, p. 155-156.

Neste quadro a doação de Avis à ordem dos freires de Évora por parte de Afonso II, em 1211, não surpreende⁵⁶. Em parte, continua uma estratégia já seguida por seu pai de colocar ordens militares em zonas de fraca polarização e ainda marcadas por uma acentuada desorganização, onde nenhum núcleo populacional de importância se impunha. Adicionalmente, permitia separar a Évora, sede diocesana, da Évora, sede de ordem militar e como tal apaziguar futuros problemas de jurisdição e posse.

E embora a aceitação dessa mudança por parte dos freires de Évora tenha tardado, se entendermos a outorga do foral a Avis por parte do rei em 1215 e 1218⁵⁷ como indícios da ausência de fixação da ordem nesta localidade até à data, a verdade é que a mudança, ocorrida nos anos subsequentes, assegurará, embora de forma gradual, a polarização e a ocupação de uma área até aí relativamente desguarnecida e situada nos interstícios entre regiões entregues às ordens militares e zonas concelhias⁵⁸.

Não obstante, a mudança da sede da ordem tinha assegurado ao bispo e ao cabido de Évora a posse espiritual da cidade, sede da única diocese do sul do Tejo durante a Idade Média.

Bispo ao qual Inocêncio III dizia, numa bula datada de 12 de junho de 1216, ou seja, nas vésperas da expedição a Alcácer, caber toda a jurisdição espiritual sobre os territórios povoados pelos cristãos e situados entre estes e os infiéis, até que fosse apurado a quem pertenciam, não obstante a recusa de alguns⁵⁹.

Bula curiosa, sem dúvida, que antecede a expedição a Alcácer, na qual os bispos de Évora e de Lisboa terão um papel central e que é elaborada na sequência da recusa de alguns, não identificados, em reconhecerem o poder do bispo, facto que evidencia por si só, o avanço continuado da instalação da diocese.

Aliás ainda nas vésperas de Alcácer, mas já no contexto da sua preparação, Afonso II entrega ao bispo de Évora a sua herdade de Arraiolos, com a condição de aí ser edificado um castelo. Esta é, então, a primeira doação

⁵⁶ A doação do lugar de Avis compreende a delimitação dos seus termos os quais definem uma ampla região. Adicionalmente a outorga é feita com a condição da ordem aí edificar um castelo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis*, mç. 2, n.º 61.

⁵⁷ Afonso II refere dar aos povoadores de Avis o foro de Évora. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis*, maço 2, n.º 67. E de novo em Agosto de 1218, sem explicação ainda clara, reafirma a doação aos povoadores de Avis do foro de Évora. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis*, mç. 2, n.º 63.

⁵⁸ PEREIRA, Armando, «Avis, Viagem a uma vila medieval», em *A Cidade de Évora*, II série, n.º 3, 1998-1999, em especial, p. 16-17 sobre a possível datação da fixação da ordem na vila.

⁵⁹ *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*, p. 390.

régia dirigida ao bispo de Évora, de uma significativa extensão territorial no interior do espaço diocesano⁶⁰.

Embora esparsos todos estes indícios parecem claramente fazer parte de um processo mais amplo de ocupação e consolidação de uma região. Região onde passaram os efeitos imediatos das expedições militares de 1190-91 se parece ter iniciado ou continuado um movimento de controle e de ocupação de um território, apesar da crise económica que se desenha ao longo da década de 90.

Desta forma, Évora mantém-se, na verdade, como um dos limites fronteiriços do reino português a sul, no que respeita ao período entendido entre a década de 90 do século XII e o início do XIII, mas mais do que baluarte cristão isolado num espaço de novo ocupado pelo poder muçulmano, Évora poderá ter servido de alavanca e de fronteira, sim, mas para esse movimento de gradual ocupação da região mais a norte.

Desta forma, quando, em 1217, os contingentes cristãos apoiados em Lisboa e em Évora e nos seus bispos gizaram o ataque a Alcácer tinham na sua retaguarda uma linha do Tejo já consolidada.

⁶⁰ A doação data de Maio de 1217. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo de Afonso II*, fl. 37. Sobre a preparação da expedição a Alcácer ver VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 135 e sgs.